



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA**

| | |
|--------------------|--|
| Processo nº | 11128.004293/96-91 |
| Recurso nº | 120.365 Voluntário |
| Matéria | CLASSIFCAÇÃO TARIFÁRIA |
| Acórdão nº | 301-34.037 |
| Sessão de | 12 de setembro de 2007 |
| Recorrente | HOECHST DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. |
| Recorrida | DRJ/SÃO PAULO/SP |

Assunto: Classificação de Mercadorias

Ano-calendário: 1993

Ementa: NORMAS PROCESSUAIS – A desistência do Recurso Voluntário por força do requisito estabelecido na Medida Provisória nº. 303, de 29 de junho de 2006,, que criou o Parcelamento Excepcional, põe fim a lide processual administrativa, pela renúncia ao direito pleiteado pelo Contribuinte.

RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO EM FACE DA DESISTÊNCIA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso por desistência , nos termos do voto do Relator.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Presidente

LUIZ ROBERTO DOMINGO - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Regina Godinho de Carvalho (Suplente), Patrícia Wanderkoke Gonçalves (Suplente), Luis Alberto Pinheiro Gomes e Alcoforado (Suplente), Irene Souza da Trindade Torres, Susy Gomes Hoffmann e João Luiz Fregonazzi. Ausente o Conselheiro José Luiz Novo Rossari. Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional Diana Bastos Azevedo de Almeida Rosa.



Relatório

Trata-se Recurso Voluntário interposto pela contribuinte contra decisão prolatada pela DRJ- SÃO PAULO/SP, que manteve lançamento de Imposto sobre a Importação - II e Imposto sobre Produtos industrializados - IPI, em razão de divergência quanto à classificação fiscal adotada pela Recorrente, com base nos fundamentos consubstanciados na seguinte ementa:

CLASSIFICAÇÃO DE PREPARAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO OU CUIDADO DA PELE

Produto identificado pelo LABANA como preparação para conservação ou cuidado da pele a base de derivado de lanolina e álcoois graxos em vaselina, na forma de pasta, apresenta classificação tarifária correta no código NBN 3304.99.9900.

Incabíveis as multas do art. 4º, inciso I, da Lei 8218/91 e art. 364, inciso II, do RIPI, aprovado pelo Dec. 87.981/82, nos termos do ADN/COSIT nº 10/97.

Incabível a multa por falta de licenciamento de importação, nos moldes do ADN/COSIT nº 12/97.

Lançamento Procedente em Parte

Intimado da decisão de primeira instância, em 23/06/1999, a Recorrente interpôs tempestivo Recurso Voluntário, em 23/07/1999, e em 24/10/2003, por procuradora, protocolizou pedido de desistência de Recurso Voluntário (fls. 213/216) na qual renúncia as alegações de direito sobre as quais se fundamentam o recurso voluntário.

Ainda requer seja convertido em renda da União, aproveitando os benefícios concedidos nos termos do artigo 9º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, o valor depositado conforme Guia de Depósito à Disposição da Secretaria da Receita Federal (fls.86).

É o relatório.



Voto

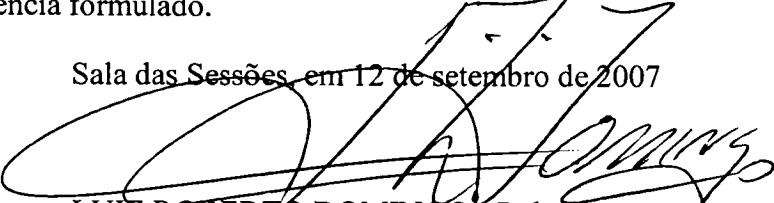
Conselheiro Luiz Roberto Domingo, Relator

Retornam os autos de diligência determinada pela Resolução nº 301-01.240, na qual foi convertido o processo em diligência para elaboração de laudo técnico.

No entanto a Recorrente protocolizou pedido de desistência, conforme petição protocolada (fls. 213/216), pois, optou por ingressar em programa de Parcelamento de Débitos concedidos pela MP 303, de 29 de junho de 2006, bem como requer a conversão em renda dos valores devidamente depositados e à disposição da Secretaria da Receita Federal.

Diante do exposto NÃO CONHEÇO do Recurso Voluntário, e defiro o pedido de desistência formulado.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2007


LUIZ ROBERTO DOMINGO - Relator